

Chuvas ameaçam proteção de famílias moradoras em áreas de risco no ABC

Amanda Lemos

A sequência de chuvas fortes que atinge a região nas últimas semanas coloca em alerta as famílias que vivem em áreas de risco para alagamentos, enchentes e deslizamentos. Enquanto as prefeituras mantêm somente as ações preventivas e equipes de Defesa Civil reforçam o monitoramento, milhares de moradias ainda estão inseridas áreas de risco, com soluções que dependem de obras, intervenções estruturais e reassentamentos.

Elizabeth Gouveia Prego, 59 anos, conhece de perto a insegurança de viver em áreas vulneráveis. Por 14 anos, entre 2003 e 2017, a professora aposentada morou no bairro Alvarenga, em São Bernardo, em uma área classificada como de risco, onde convivía com deslizamentos e pontos de alagamento. A mudança só foi possível depois que a situação financeira da família melhorou e as duas filhas cresceram e deixaram o bairro.

“Criei minhas duas filhas pequenas em uma rua onde toda vez que chovia, a lama descia e as ruas enchiam de barro. Já tinham até nos avisado da necessidade de sair daquela região pelo risco de desabamento das casas da rua de cima, mas demoramos até conseguir sair”, relata. A mudança para outro bairro representou mais do que a conquista. Para Elizabeth, significou também deixar para trás a preocupação durante os períodos de chuva e o medo de que a situação pudesse se agravar.

Quem ainda vive em regiões vulneráveis continua exposto aos riscos provocados pelas chuvas fortes, como as registradas em setembro. Na primeira quinzena do mês, o Corpo de Bombeiros localizou o corpo de um homem soterrado após um deslizamento de terra na rua Eloi Borges, na Vila São José. Identificado informalmente por moradores como Edson, o homem era catador de materiais recicláveis, vivia em situação de rua e costumava permanecer em um barraco instalado próximo ao local.

Segundo informações da Polícia Militar, o corpo foi encontrado soterrado e já apresentava rigidez cadavérica. A Prefeitura de São Bernardo informou que não

houve registro de interdição ou de outras vítimas relacionadas ao deslizamento.

Além desta, também foram registradas ocorrências relacionadas às chuvas em Santo André, Mauá e Ribeirão Pires. Na primeira cidade, o acumulado de chuva chegou a 240 milímetros entre 1º e 14 de setembro, volume 112% superior à média esperada para o mês. A situação levou a Defesa Civil a emitir alertas e monitorar áreas vulneráveis, como: Paranapiacaba, Parque Andreense, Recreio da Borda do Campo, Parque Miami, Riviera, Condomínio Maracanã, Jd. Santo André, Cidade São Jorge e Jardim Irene.

São Bernardo aponta 126 áreas de risco

O Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR) aponta 126 áreas de risco distribuídas por 34 localidades de São Bernardo, o que abrange mais de 2 mil moradias ou edificações. A Defesa Civil identifica, ainda, 40 pontos críticos de alagamento, que, segundo a Prefeitura, são monitorados pelo órgão.

Entre as medidas permanentes estão a operação 24 horas das principais estruturas de controle de inundações, como piscinões e elevatórias, além de obras de micro e macrodrenagem e serviços de zeladoria e limpeza urbana. Em caso de necessidade de acolhimento, equipes são mobilizadas para cadastrar, acolher e encaminhar famílias eventualmente desalojadas.

Rio Grande da Serra tem seis famílias em áreas de risco

Em Rio Grande da Serra, a Prefeitura relata seis famílias que vivem atualmente em áreas consideradas de risco. Segundo a administração municipal, houve redução das áreas de risco nos últimos dois anos, principalmente em razão de obras de contenção de encostas e de manutenções preventivas e corretivas. Ainda existem, porém, locais que dependem de intervenções mais complexas.

Para resolver a questão, estudos são realizados pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) para identificar o nível de risco e indicar a solução mais adequada para cada área. Nos casos em que a remoção de famílias foi considerada necessária, a Prefeitura disponibiliza estrutura para receber moradores desalojados.

Diadema atualiza mapa de áreas de risco

Em Diadema, o diagnóstico das áreas vulneráveis está em processo de atualização por meio do Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR), desenvolvido no âmbito do Consórcio ABC, com participação do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT).

A Prefeitura afirma que já possui mapeamentos e registros de áreas de risco, mas não informou o número atualizado de famílias ou moradores que vivem nesses locais, isso porque a quantidade está sendo revisada no âmbito do novo plano e os dados preliminares ainda não representam toda a realidade do município.

Na área de infraestrutura, Diadema concluiu em 2025 a canalização do Córrego Iguassú, no Inamar. Neste ano, foram finalizadas a canalização do Grotá Funda, no Eldorado, e a recuperação de galerias e redes de drenagem nas vielas Diógenes e Euclides, na Vila Nogueira, e na Vela Hércules, no Inamar.

Atualmente, estão em andamento as obras do Córrego do Olaria, no Eldorado, além de intervenções de drenagem no Núcleo Habitacional Naval e na Vela Fortaleza. De acordo com a prefeitura, ainda existem pontos que dependem de intervenções estruturais, como contenção de taludes, correção de processos erosivos e melhorias de drenagem.

Em Santo André, além do monitoramento das áreas vulneráveis, a Prefeitura mantém estrutura específica para atender moradores que eventualmente precisem deixar suas casas por causa de ocorrências provocadas pelas chuvas. O abrigo emergencial tem capacidade para receber 54 pessoas e oferece atendimento às necessidades básicas.

Nos últimos dias, o serviço precisou ser ativado. Ao todo, duas famílias, que somavam seis pessoas, foram acolhidas. O atendimento ocorre de forma temporária, enquanto são avaliadas as condições de segurança e as alternativas para que as famílias possam retornar às suas casas ou sejam encaminhadas para outras soluções habitacionais.

Questionada, a prefeitura não informou a quantidade de famílias situadas em áreas de risco.

Estado mantém programa para retirada de famílias

A redução da população exposta aos riscos também depende da política habitacional. Segundo a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), o reassentamento de famílias que vivem em áreas de risco é uma das frentes prioritárias de atendimento da companhia.

No ABC, desde 2023, foram entregues 530 unidades habitacionais destinadas a famílias provenientes de áreas de risco. Há ainda mais de 2 mil unidades em projeto, licitação ou produção em Diadema, Santo André e São Bernardo.

O processo de reassentamento é realizado em parceria com as prefeituras, que indicam as famílias a serem atendidas quando há empreendimentos em construção nos municípios. A demanda precisa seguir os critérios estabelecidos pela política habitacional da CDHU. O governo estadual também mantém o Auxílio Moradia Emergencial, operado pela CDHU, para famílias que precisam deixar suas casas em situações específicas de emergência ou calamidade pública.

Atualmente, 1,7 mil famílias da região recebem o benefício enquanto aguardam atendimento habitacional definitivo.

Uma ferramenta utilizada pelo governo estadual é o Sistema de Monitoramento de Áreas Suscetíveis (SMAS), operado pelo Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC). O sistema monitora, por meio de imagens de satélite, ocupações irregulares em 70 municípios. Todas cidades da região estão incluídas, exceto Rio Grande da Serra.

Na prática, a ferramenta funciona como apoio aos órgãos públicos no que compete a fiscalização e prevenção. A CDHU também afirma atuar em projetos de urbanização de favelas e assentamentos precários, com ações que incluem implantação ou adequação de infraestrutura, recuperação ambiental, eliminação de riscos, melhorias habitacionais, regularização urbanística e implantação de equipamentos públicos.

Consórcio mantém integração entre as sete cidades

O Consórcio ABC diz manter agenda permanente de ações para prevenção e enfrentamento de enchentes, alagamentos e deslizamentos. A articulação ocorre por meio dos Grupos de Trabalho de Gestão de Riscos e de Drenagem, que reúnem representantes das prefeituras e das Defesas Civas municipais.

O GT Gestão de Riscos realiza anualmente a preparação para o período de chuvas, com alinhamento de informações, estruturas e ações dos municípios. Depois da temporada, o grupo também reúne dados sobre índices pluviométricos e ocorrências registradas para fazer um balanço regional.

Na área de drenagem, o GT realiza vistorias nos piscinões da região para verificar as condições de limpeza e desassoreamento. Quando são identificados problemas, o Consórcio encaminha as demandas e cobra providências da SP Águas.

Também está em desenvolvimento o Plano Regional de Macro e Microdrenagem, que deverá reunir informações e diretrizes para orientar intervenções capazes de ampliar a capacidade de drenagem e reduzir os impactos das chuvas no território regional.

Planos de redução de risco ainda estão em atualização

Outro desafio é manter atualizados os diagnósticos das áreas vulneráveis. Segundo o Consórcio ABC, Diadema, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra estão com os processos de atualização de seus Planos Municipais de Redução de Risco em desenvolvimento. Mauá e Santo André já concluíram a atualização, enquanto São Bernardo iniciou o processo.

A expectativa é que os novos diagnósticos permitam identificar com maior precisão as áreas de risco e a população potencialmente exposta, além de ajudar na definição das prioridades para obras e na busca por recursos.

A região também conta com o Centro de Gerenciamento de Emergências do ABC (CGE ABC), integrado às Defesas Civas municipais. A plataforma permite o compartilhamento de informações e o acompanhamento das condições e ocorrências registradas no território.

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3897409/chuvas-ameacam-protecao-de-familias-moradoras-em-areas-de-risco-no-abc/>

Veículo: Online -> Site -> Site Repórter Diário - Santo André/SP

Seção: Cidades